

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 17-5-2018.

---

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Rodrigo Maroni. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nº 272 e 296/17 (Processos nº 2480 e 2685/17, respectivamente), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 007/18 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 032/18 (Processos nº 0534 e 0450/18, respectivamente), de autoria de José Freitas. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, na presente Sessão destinado ao tema específico “apresentação do trabalho e da contribuição dos enfermeiros e das enfermeiras na proteção da saúde dos hospitais”. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 180, § 4º, inciso I, a Daniel Menezes de Souza, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Adeli Sell, Sofia Cavedon, Dr. Thiago, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Tarciso Flecha Negra e Cassiá Carpes. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Carlos Nedel, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Após, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Daniel Menezes de Souza. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e sete minutos às quinze horas e trinta e oito minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, André Carús, Dr. Goulart, Cassiá Carpes, Adeli Sell, Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/18 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 014/18. Em prosseguimento, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nº 463 e 464/18, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nº 011 e 012/18 (Processos nº 0856 e 0857/18, respectivamente); nº 462/18, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 342/17 (Processo nº 3045/17). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Dr. Thiago e Cassio Trogildo. Às dezesseis horas e quarenta e um minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Valter Nagelstein, Mônica Leal e Cláudio Janta e

secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Passamos às

## **COMUNICAÇÕES**

Hoje, este período é destinado à apresentação do trabalho e da contribuição dos enfermeiros e das enfermeiras na proteção da saúde nos hospitais, trazido pelo Sr. Daniel Menezes de Souza, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul – Coren/RS.

O Sr. Daniel Menezes de Souza está com a palavra.

**SR. DANIEL MENEZES DE SOUZA:** Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que nos assistem. O Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul não se faz presente aqui neste momento porque estamos passando pelas comemorações da Semana da Enfermagem do ano de 2018. No dia 12 de maio, comemoramos o Dia Internacional da Enfermagem – e, aqui no Brasil, o dia da enfermeira e do enfermeiro –, uma data alusiva à data de nascimento da precursora da profissão de enfermagem, Florence Nightingale, a primeira enfermeira na Inglaterra. Encerramos as comemorações no dia 20 de maio, aqui no Brasil, dia em que nós comemoramos o Dia Nacional do Técnico e Auxiliar de Enfermagem, categoria que compõe a nossa profissão no nível médio, numa alusão ao dia 20 de maio, data de falecimento da enfermeira Ana Néri, a precursora da enfermagem no Brasil.

Quero agradecer aos Vereadores que propuseram este momento em relevância à importância da nossa profissão para a sociedade porto-alegrense, gaúcha e brasileira. É uma profissão formada predominantemente por mulheres, então uma profissão feminina. Aqui no Rio Grande do Sul, somos 125 mil profissionais da enfermagem; desse contingente, mais de 85% são mulheres, então é uma profissão feminina, e, por ser feminina, é grande a importância que ela tem perante a sociedade. Essa profissão tem como objeto do seu trabalho o cuidado. Nós, profissionais da enfermagem, cuidamos, mas não só dos doentes, nós cuidamos também dos sadios, porque uma das missões da nossa profissão é a prevenção, a educação para saúde, para que não se tenha o adoecimento. A enfermagem, neste contexto, uma profissão feminina, comprometida com a saúde da população, comprometida com a vida, trabalha com saúde, não com doença. É uma profissão que está presente não só nos estabelecimentos hospitalares, como inicialmente era o nome da temática, mas a enfermagem – é importante destacar aqui para os senhores e senhoras – é uma profissão que está presente em todas as áreas de assistência à saúde deste nosso País.

Então, neste momento, 14h25min. nós temos profissionais de enfermagem cuidando de doentes nos hospitais da mais alta complexidade, aqui da nossa Cidade e do nosso Estado, como transplantes cardíacos. Mas neste mesmo momento nós temos também colegas enfermeiros e enfermeiras e auxiliares técnicos trabalhando, atendendo

neste momento no SAMU, que é o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, outra área de atuação da nossa profissão, atendendo às urgências nas estradas, nas comunidades. Também temos, neste exato momento, hoje, uma quinta-feira, várias colegas e colegas nas comunidades, na maioria, comunidades mais vulneráveis da nossa Cidade, fazendo o atendimento na atenção primária em saúde, trabalhando com a visita domiciliar, trabalhando com o usuário na sua residência. E também temos, neste exato momento, os colegas da enfermagem no Norte do nosso País, provavelmente num barco, atravessando um rio para levar assistência para comunidades ribeirinhas e comunidades indígenas.

Então, esta é a nossa profissão, uma profissão regulamentada por lei, autônoma, trabalha de forma colaborativa com as demais profissões da saúde. Diga-se de passagem, uma das profissões mais habilitadas para fazer esse trabalho integrado, porque saúde não se faz somente com uma profissão, não se faz saúde só com enfermagem, mas saúde se faz com esse contexto multidisciplinar, e a enfermagem está inserida de forma relevante neste processo. Este momento dessas comemorações serve também para exaltar o trabalho. Então, o Conselho, ocupando este espaço, vem agradecer aos colegas profissionais da enfermagem não só da nossa Cidade, mas de todo o nosso Estado pelo trabalho que tem feito para a saúde pública, ainda mais num momento de desfinanciamento dos serviços de saúde, de dificuldades para o exercício profissional. Apesar dessas adversidades, a enfermagem porto-alegrense, a enfermagem gaúcha é uma das enfermagens mais qualificadas deste País. Aqui formamos os principais e melhores profissionais de enfermagem do País, e aqui se executa uma assistência de enfermagem com bastante qualidade e segurança.

A nossa profissão está inserida de forma predominante no Sistema Único de Saúde, no SUS. A enfermagem brasileira cresceu muito com a implantação do sistema, por conta disso, nós valorizamos enormemente essa política de saúde do nosso País. Enquanto conselho profissional, enquanto profissional de enfermagem, eu, que sou servidor do Sistema Único de Saúde, sou enfermeiro do Hospital Conceição de Porto Alegre, atualmente Presidente do Conselho, já no segundo mandato, digo que o nosso plenário tem esse compromisso com a saúde pública e com o Sistema Único de Saúde. Hoje a Estratégia de Saúde da Família funciona predominantemente impulsionada pelo trabalho destes árduos colegas enfermeiros, auxiliares e técnicos. Eles estão inseridos nos territórios da nossa Cidade e do nosso Estado. O Conselho Regional de Enfermagem é um defensor desse sistema. Temos feito uma discussão com a nossa categoria e com a sociedade sobre a importância de mantermos, de forma satisfatória, os investimentos, em especial os financeiros, para que tenhamos um quadro de pessoal, uma estrutura, para que a nossa população seja atendida com segurança e qualidade, de forma especial, nos serviços próprios da Prefeitura de Porto Alegre.

Nós acompanhamos, desde 2015, os hospitais – o HPS, o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. Excelentes profissionais estão inseridos nesses serviços que atendem de forma muito satisfatória à população, mas eles também enfrentam dificuldades que, inclusive, já foram objeto de debate nesta Casa por diversas vezes. A própria estrutura da Atenção Primária à Saúde, hoje, não só as unidades próprias do

regime estatutário, mas, também, a Estratégia de Saúde da Família, o IMESF, a gente aponta a necessidade, já conversamos várias vezes com o Secretário da Saúde do Município para incrementar o quadro de pessoal e as condições para que a nossa população, aquela população mais necessitada, tenha esse atendimento de qualidade. Relevo a importância do Sistema Único de Saúde, que é um sistema que não discrimina, atende a todos, desde o rico até o mais carente, não só nos serviços hospitalares, mas também no serviço de vigilância sanitária. Nós, hoje, enquanto cidadãos de Porto Alegre, até para irmos num restaurante, fazer uma confraternização com a família, estamos utilizando o Sistema Único de Saúde através dos processos de vigilância para a saúde pública da nossa Cidade. Nesse sentido, preocupa-nos, enquanto Conselho, essa questão do desfinanciamento e do aporte financeiro das três esferas do Governo nos serviços.

Então, estamos aqui para conversar com os senhores, Vereadoras e Vereadores aqui da Cidade, para que sejam nossos parceiros nessa luta enquanto cidadãos, enquanto profissionais, para que a cidade de Porto Alegre possa avançar na qualidade de assistência à nossa população através desse olhar necessário para esses serviços que eu citei, como hospitais e a própria Atenção Primária em Saúde aqui do nosso Município. Eu falava da importância da profissão, e aqui no Brasil nós já passamos da casa dos dois milhões de trabalhadores, é um grande quantitativo de força de trabalho; aqui no Rio Grande do Sul são 125 mil profissionais, sendo a metade desse contingente da Região Metropolitana de Porto Alegre, e boa parte reside em Porto Alegre. Então, temos segurança em trazer para vocês que hoje em torno de 60 mil profissionais de enfermagem residem e trabalham no Município de Porto Alegre, porque aqui é um núcleo de concentração da saúde do nosso Estado. A outra metade está espalhada pelas sete regiões. Nesse sentido, essa importância que a profissão tem necessita de alguns projetos para avançar, porque, como várias outras profissões da saúde, nós não temos uma jornada de trabalho regulamentada, não temos um piso salarial. E a importância que temos em relação à jornada de trabalho, e já é aplicada aqui no Município de Porto Alegre, de 30h semanais nos serviços de saúde, é um avanço que temos tido em diversos municípios deste País. Essa jornada de trabalho de 30h semanais tem uma explicação: a Organização Internacional do Trabalho – OIT, recomenda que todas as profissões que trabalham com saúde – por ser uma atividade muito insalubre e desgastante, que gera um adoecimento físico e mental nesses trabalhadores – tenham uma jornada máxima de, no máximo, 30 horas semanais. Os países desenvolvidos, os países onde temos os modelos a serem copiados em relação à Estratégia e Saúde da Família, atenção primária, como a Inglaterra, trabalham nessa modalidade. Esse avanço precisa ser valorizado, e nós, aqui, em Porto Alegre, não podemos retroceder nesse sentido. Então, clamo aqui aos Vereadores e às Vereadoras da Casa que observem a importância desta minha fala para que, em Porto Alegre, possamos continuar com esse regime tão necessário para a saúde do trabalhador e para a saúde da população, porque não podemos, de forma alguma, admitir que o trabalhador doente cuide de outros doentes. Então, precisamos ter profissionais da enfermagem saudáveis para poderem fazer esse trabalho todo de proteção à saúde da nossa população.

No Congresso Nacional – queria destacar, o tempo me permite –, nós temos alguns projetos, alguns bastante atrasados, mas que é importante eu trazer aqui para o conhecimento de vocês e da sociedade porto-alegrense. Nós temos, tramitando no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 2.295 de 2000, então, está fazendo a maior idade neste ano de 2018. Está tramitando há 18 anos um projeto de lei que regulamenta a nossa proposição de jornada semanal de 30 horas para a enfermagem. Um projeto que está pronto, já passou por todas as comissões, já passou pelo Senado, está pronto para ser votado pelos Deputados da Câmara. O Projeto de Lei nº 459 de 2015 traz o piso salarial para a enfermagem no País, pois essa profissão tão importante, como eu falava, trabalha em regimes de remuneração muito degradantes em algumas regiões. Nós temos aqui, no Rio Grande do Sul, se pegarmos as cidades do entorno de Porto Alegre e todo o interior do Estado, os auxiliares e técnicos, que são de nível médio, hoje, ganham um pouco mais do que o valor de um salário mínimo. Uma profissão tão importante, como nós falávamos, tendo que receber uma remuneração tão baixa. O profissional enfermeiro, que faz uma graduação, cursa a faculdade durante cinco anos, e a gente tem os dados que demonstram que mais de 80% desses têm uma formação complementar, uma especialização, uma pós-graduação, diversos mestres, muitos doutores, também recebem salários baixíssimo, ao ponto de termos enfermeiros aqui no nosso Estado que recebem salários de R\$ 1.600,00. Então, esse projeto do piso salarial tem essa importância.

Nós temos ainda o PL nº 597/15, que trata da obrigatoriedade, que é a chamada Lei do descanso digno para enfermagem. Uma profissão que trabalha no serviço de saúde, muitas vezes, em jornadas de 12 horas, até 24 horas, como alguns serviços aqui da Prefeitura de Porto Alegre, como o Pronto Socorro, SAMU, e esses profissionais da enfermagem não têm um espaço adequado para fazer o seu descanso, porque em toda jornada o trabalhador tem direito a pelo menos 15 minutos ou a uma hora de descanso para se restabelecer, para continuar cuidando das pessoas. E, muitas vezes, ou na grande maioria das vezes, esse descanso é feito de forma improvisada, em papelões no chão frio das unidades hospitalares, aqui em Porto Alegre. Então, com esse projeto, que já foi aprovado na Assembleia Legislativa de diversos estados, como Rio de Janeiro, nós temos essa pretensão de conseguir aprovar no âmbito federal, através desse projeto de lei, para que tenhamos essa disponibilidade, enquanto que outras profissões já têm esse direito conquistado.

É importante também tratar aqui do PL nº 448/16, que fala do dimensionamento adequado do pessoal da enfermagem. Afinal, de quantos trabalhadores da enfermagem precisamos para atender os serviços? Depende do tipo de serviço, depende da missão. Então, nós hoje não temos nenhuma lei federal que obrigue as instituições públicas e privadas a atenderem o quantitativo mínimo de profissionais para dar conta daquele atendimento em saúde que a nossa profissão, o nosso conselho federal, através de embasamento científico, constantemente pesquisa e atualiza essa norma. Nós não temos uma obrigatoriedade hoje, aqui na nossa 4ª Região, que compreende Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nós, no âmbito judicial, não temos conseguido avançar nessa proposição quando ajuizamos ações civis públicas

cobrando quantitativo de pessoal. De quantas pessoas precisamos para trabalhar no HPS de Porto Alegre? Quantas pessoas de enfermagem? Nós sabemos, nós temos esse estudo, mas infelizmente a gente não consegue fazer com que as gestões atendam minimamente esse quantitativo. E, muitas vezes, ou na maioria das vezes, a população acaba sendo a principal prejudicada, porque uma coisa é trabalhar com uma demanda de um número “x” de doentes – imaginem o HPS, que trabalha com traumas –, outra coisa é trabalhar com o dobro dessa demanda, sendo a mesma pessoa com a mesma capacidade física e mental para poder trilhar essa sua jornada de, muitas vezes, como eu falava, de 12 horas.

E, por fim, o projeto mais recente também, de 2016, que é o de nº 349, que fala da aposentadoria especial. Então, nós, profissionais da enfermagem, que trabalhamos em regime insalubre, não temos direito à aposentadoria especial, o INSS nega esse direito, então, os colegas acabam tendo que recorrer à via judicial. Então, esse projeto busca trazer a possibilidade do profissional, após vinte anos de atividade, conquistar a sua aposentadoria. E aqui, no âmbito do Rio Grande do Sul, queria destacar dois projetos de 2017, os mais recentes, que é o PLL nº 033/17, que fala das condições adequadas de descanso, então, temos aqui na Assembleia Legislativa um projeto tramitando para que tenhamos também nos hospitais e serviços de saúde do nosso Estado o direito de possuir um local adequado para a enfermagem efetivar o seu intervalo, o seu descanso. E o Projeto nº 140/17, este de extrema importância da sociedade, que pede a proibição da formação em Enfermagem no Ensino a Distância aqui no nosso Estado. Temos um projeto semelhante também tramitando no Congresso Nacional, mas aí para proibir a formação em todas as profissões da saúde. Então, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste e sociedade, temos hoje formação neste País autorizada pelo MEC de graduação de Enfermagem, Fisioterapia, e várias outras profissões da saúde na modalidade a distância. Nós, que trabalhamos com pessoas, que trabalhamos com o cuidado, esse cuidado que, muitas vezes, é uma atenção, um diálogo, ele não se aprende nas vídeoaulas, videoconferências, simuladores ou nos laboratórios.

Não se pode imaginar, daqui a poucos anos, já temos algumas turmas formadas no Rio Grande do Sul de profissionais que, felizmente, eu diria assim, o mercado tem regulado e não tem contratado pessoas que são oriundas da formação a distância, mas esta é uma realidade. O nosso Conselho de Educação não permite aqui no Rio Grande do Sul, é o único Estado que não permite a formação técnica a distância nos cursos da saúde.

Então, a importância desse projeto é que tenhamos, pelo menos, garantida aqui no nosso Estado a proibição. Agradeço enormemente, mais uma vez, aos Vereadores que fizeram a proposição dessa nossa presença aqui hoje e fico à disposição para dialogarmos sobre essa importante temática. Muito obrigado. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Muito obrigado ao enfermeiro Daniel Menezes de Souza, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem. Convido-o a compor a Mesa.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo nosso Presidente da Casa, Ver. Valter; colegas Vereadores e Vereadoras; de modo especial o enfermeiro Daniel, Presidente do Coren, que vem a esta Casa fazer não só uma manifestação da data alusiva ao Dia Internacional do Enfermeiro, dia 12 de maio, mas mais precisamente um apelo em relação a algo que é de extrema importância para todos nós. Antes, eu queria saudar também o enfermeiro Ricardo, que está presente, participando deste momento, como também a Bruna e a Sinara. Sejam bem-vindos à Câmara Municipal.

Cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa Sessão nesta tarde, creio que nós, enquanto Vereadores, podemos colaborar de uma forma muito significativa com relação ao apelo vindo do Coren, vindo dos profissionais da enfermagem. Quando o enfermeiro Daniel fala sobre a questão do repouso humanizado, nós nos referimos àquele pequeno intervalo que os profissionais de enfermagem fazem em prontos atendimentos de 24 horas. Nós podemos aqui citar, por exemplo, o Postão da Cruzeiro do Sul, Postão da Bom Jesus, Postão da Lomba do Pinheiro, HPS e também os profissionais da SAMU, como o próprio enfermeiro Daniel aqui falou. Na área privada já houve um avanço significativo. Falo isso porque fui sindicalista e sei muito bem que essa pauta está muito lincada à questão do acordo, do dissídio coletivo, através da luta dos sindicatos na defesa dos trabalhadores. Mas na área pública, muitas vezes, não há iniciativas de projetos de lei, como também o próprio Governo, perdoem-me aqui os da base do Governo, tem um certo descaso em relação a isso. Vejam, por exemplo, o que aconteceu, recentemente, na Cruzeiro do Sul: fecharam o restaurante, isto é, o espaço de refeitório da noite. Isso demonstra falta de interesse de ter uma relação humanizada com o servidor público. Os projetos que o Governo Municipal mandou para cá retirando a LTI, a RDE, se há um Regime de Dedicção Exclusiva é porque saiu lá dos contratos que existem de 30h, e Porto Alegre nesse sentido avançou já há um bom tempo. Agora o Governo quer o seguinte: retira a ideia dessa dedicação exclusiva e disse que mandaria um outro projeto de lei para esta Casa, instituindo uma carga horária maior, com um salário maior. A gente não viu isso ainda; só vimos a iniciativa de retirar esse Regime de Dedicção Exclusiva, que uma grande parte dos servidores ganha, mas também trabalha. E trabalham numa área essencial, como disse aqui o Daniel, que trata da vida, do ser humano, e, para tanto, esse servidor – público ou privado – merece, sim, um espaço adequado e a sua valorização, eu diria, muito real e lógica, na medida em que ele tem que estar, todo santo dia, com uma enorme e boa motivação, para tratar de salvar uma vida. Nós mesmos percebemos, quando vamos a hospitais ou somos atendidos por um profissional da saúde, seja ele médico ou não, enfermeiro ou não, parece que há uma cartilha de obrigatoriedade: o que ele diz nós fazemos. Se é para tomar tal medicamento, nós o tomamos e, para tanto, acreditamos, temos esperança

naquela receita, naquela orientação de que aquilo vai fazer com que melhore a saúde e melhore a situação de risco de vida, que ora se apresentou.

Neste dia muito especial, quando vem aqui a Direção do Coren fazer esse apelo, nós nos somamos com a questão da luta pela aposentadoria especial, das 30h semanais, que é uma luta antiga, mas especial, do piso salarial da categoria que, na grande maioria, os governos ou até mesmo a iniciativa privada não os cumpre. Como também da lei do repouso digno – e o espaço da lei estadual que hoje tem e que poderá ser brevemente municipal –, do descanso merecido e adequado a todos os profissionais da saúde. Portanto quero aqui, e sei que vários colegas vão falar sobre isso, não só dar a minha solidariedade, enfermeiro Daniel, como todos, Ricardo e demais colegas que estão aqui, a essa luta incessante e necessária pela dignidade e pelo direito da preservação dos seus direitos e das suas conquistas. Nesse sentido, um forte abraço, que Deus proteja vocês e vamos em frente, porque nós precisamos, sim, de sinalizações positivas para podermos nos motivar e lutar pela vida das pessoas! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Vereador. O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Presidente, caríssimo Daniel, pessoal do Coren que está presente aqui, é muito importante a gente poder pautar o tema da enfermagem, o trabalho dos enfermeiros, como do Conselho Regional de Enfermagem, que cuida da profissão tanto dos profissionais que estão na iniciativa privada, em um hospital privado, em uma clínica, como também nos órgãos públicos. Eu vou tentar tratar das duas questões concomitantemente. A partir do dia 11 de novembro do ano passado, quando entrou em vigor a reforma trabalhista, eu comecei a me preocupar principalmente com algumas das medidas impostas pela nova legislação trabalhista no País, especialmente quanto ao serviço terceirizado. Eu ainda não tenho dados, não tenho notícias da terceirização do serviço-fim nessa área, mas, como nós temos a legislação da reforma trabalhista que dá essa condição, eu comecei a me preocupar, porque imaginem essa situação dramática que poderão viver os profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros numa situação dessa magnitude. Então esse é o primeiro ponto que eu queria aqui colocar como uma preocupação em relação ao serviço dos enfermeiros, em relação ao serviço de enfermagem.

Na questão do serviço público, conversava com o Ver. Oliboni, nosso Líder, que tem tratado muito da questão da saúde, que nós vamos começar a discutir e queremos nos comprometer com o Coren que vamos cuidar dessa questão das condições de trabalho desses profissionais, que, assim como os médicos, deveriam ter as mesmas condições de ter aquele local de aconchego, de descanso mais adequado e condizendo com o trabalho altamente estressante, Ver. Dr. Goulart, que é o trabalho do enfermeiro. Eu não imagino um médico trabalhando sem o auxílio, sem a parceria, sem a conduta de igual para igual no serviço de atendimento àquela pessoa que está num hospital ou



numa clinica ou tem algum problema de saúde. Então, esse é o diálogo que o Coren nos coloca e que nós compramos com uma pauta nossa para o próximo período, pois temos de pensar no Postão das 24 horas. E quem chega no Postão, olhando, Comandante Nadia, na parte de fora, jamais pode imaginar, a não ser quem conheça, que aquilo é um posto de atendimento médico 24 horas. É um hospital que não é hospital, é uma UPA que não é uma UPA, é uma mescla de alguma coisa que a gente não sabe muito bem o que é ou o que será. Mas nós temos preocupação, porque lá trabalham profissionais e lá vão pessoas que têm as maiores necessidades de cuidados com a sua saúde. Mas a outra preocupação que eu quero levantar aqui é a cerca dos profissionais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Com algumas medidas que o Prefeito tem trazido a esta Casa e um dos projetos que está aqui, nós temos de ter essa preocupação com o trabalho das 30 horas, manutenção dos regimes contratualizados e que não haja uma afronta às conquistas feitas por esta categoria profissional. Então, de uma forma muito resumida, quero aqui, em meu nome pessoal, junto com os meus colegas de bancada, especialmente o Oliboni, que é o nosso Líder e que trabalha mais a questão de saúde, me somar ao companheiro Sgarbossa e à companheira Sofia, na parte que nos compete, como bancada. Estaremos atentos a questões aqui colocadas. Quem sabe, num futuro próximo, nós possamos ir ao seu encontro, a categoria profissional, para que a gente cuide, essencialmente, do trabalho da enfermagem e do enfermeiro. Muito obrigado e seja bem-vindo sempre a esta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Informo aos Srs. Vereadores que na manhã de hoje recebi a Direção do Simpa aqui na presidência, tivemos uma extensa agenda, de quase uma hora, conversamos sobre várias questões, e eu não só estou sensível e vou manter a casa aberta, como *ad referendum* da Mesa, deferi o pedido do Simpa de cessão deste plenário, na próxima quarta-feira, às 19h, para uma reunião para a qual eles pedem que convidem os Srs. Vereadores, e, ao mesmo tempo, Presidente Cassio Trogildo, comuniquei a eles que estávamos caminhando com a negociação do sindicato dos servidores aqui da Casa e como estava essa negociação. Hoje à tarde, às 16h, tenho uma reunião com o sindicato da Casa onde vamos comunicar a decisão com relação aos pleitos encaminhados pelo Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal relativo à sua pauta reivindicatória. Fiz um apelo ao Simpa de que não se deixe levar por boatos e nenhuma outra questão e também não nos leve, ao longo deste ano de 2018, à agudização dos conflitos que, infelizmente, experimentamos no ano passado, e o próprio Simpa nos garantiu que a invasão da Câmara no ano passado trouxe ensinamentos ao Sindicato e às lideranças sindicais e que, certamente, vão exaurir o debate e radicalizações como aquelas não irão acontecer. Eu queria comunicar e compartilhar isso com os Srs. Vereadores. Muito obrigado.

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Agradeço, Presidente, acho muito importante essa interlocução com o Sindicato dos Municípios. Cumprimentando o Daniel Menezes de Souza, Conselheiro-Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul – Coren/RS, e demais componentes da luta pela dignidade e pelos direitos da enfermagem, quero fazer esse gancho que tem tudo a ver com esse embate que estamos vivendo mais um ano com o Prefeito Marchezan, com a defesa que vocês fazem do respeito, da valorização dos profissionais e das profissionais enfermeiras, em especial. Primeiro que temos um SUS em Porto Alegre, potente, municipalizado que ainda dialoga com várias relações, mas que tem por grande base de sustentação os enfermeiros e enfermeiras, e eu tenho certeza que vivem em pânico desde que o Prefeito Marchezan assumiu, pelos ataques à sua carreira, às possibilidades de perderem regime de trabalho a qualquer momento, de perder a sua autonomia, para garantir o interesse público e vir a estarem submetidos a uma continuidade ou não anual do seu regime de trabalho, de estarem submetidos à ameaça de perderem ganhos, estímulos na carreira que valorizam. E eu sempre digo, não é o que o Prefeito diz, que é um crescimento inercial. Não! É um crescimento na carreira a partir da experiência e da formação que esses profissionais buscam, portanto, apresentam cursos de formação, projetos em que participam e vão, por seu mérito, galgar espaço na carreira. E se depender do Prefeito, não haverá mais alteração salarial praticamente, porque, inclusive, quer tornar a parte do regime uma parcela autônoma para onde não incide nenhum avanço e nem recomposição da inflação. Portanto, a categoria, que nesta semana celebra em vários espaços, na Redenção a sua luta e que a fortalece, tem em nós aqui uma defesa intransigente: da dignidade dos profissionais, das 30 horas. Não concordamos, já dissemos, com esse projeto de lei que padroniza 40 horas e desrespeita toda uma construção histórica e técnica, e técnica, como muito bem o Daniel colocou aqui. E nós defendemos o Sistema Único de Saúde forte, valorizado, respeitado, protegido. Porque também quero falar dessa dimensão da violência que assola o trabalho dos nossos enfermeiros e enfermeiras lá na Estratégia da Saúde da Família, lá nos postos de saúde, nos postos 24 horas. E isso se deve, sim, a opções de gestão desastrosas, e uma delas é a opção do Governo Estadual, que afrouxou aqui em Porto Alegre, que desarticulou os Territórios da Paz, que tem uma visão de segurança que não é a visão que nós entendemos que tenha eficácia, que é atuar com as políticas sociais integradas, com uma atuação integrada com a comunidade, e com presença, sim, forte, em especial em territórios conflagrados. Nós estamos com os nossos enfermeiros, com as nossas enfermeiras submetidos a tiroteio dentro de posto de saúde, na rua, assaltos na entrada e na saída dos postos de saúde, da Estratégia de Saúde da Família. E há outra opção de gestão equivocada do Prefeito Marchezan: retirou a Guarda Municipal da proteção da política pública, lá na ponta, e colocou para ser auxiliar ou dividir com a Brigada Militar a segurança de forma geral, ao invés de estar presente nos postos, nas escolas, na assistência social, na periferia, onde o trabalho dos profissionais

é o que traz saúde, dignidade e segurança para a população e, portanto, lá deveria estar a Guarda Municipal, parceira, atuando nisso, fundamentalmente, mas foi retirada para uma outra política, que é equivocada, porque o Município não dá conta da segurança pública de forma geral.

Quero também aqui denunciar o congelamento dos salários nesses dois anos. O IMESF, Ver. Oliboni, não poderia estar com os salários congelados há dois anos, assim como os municipais de forma geral, atingidos não só por congelamento como também por parcelamento de salário. As enfermeiras têm toda a nossa solidariedade e a nossa luta. Nós aqui temos sido duros, muito duros; esta Câmara têm sido uma trincheira e espero que continue sendo, porque o Prefeito agora quer passar por cima, inclusive, dos rituais e da autonomia desta Casa.

Por fim, quero falar das mulheres enfermeiras. É uma profissão feminina, o fato de ela ser majoritariamente realizada por mulheres é o resultado de uma sociedade sexista, onde a mulher foi sempre destinada ao espaço privado e, quando veio para o espaço público, veio para funções que eram extensões do lar, que eram funções de guarda, de cuidado, de educação, por isso tem muito de desprestígio. A desigualdade dos salários, entre as mulheres e os homens, em todas as profissões, atinge a profissão de enfermeira, sim. Por isso, não temos ainda um piso garantido, um salário digno do trabalho da complexidade e da essencialidade do trabalho das enfermeiras e dos enfermeiros. Portanto, também é da luta das mulheres a valorização dessa profissão.

Parabéns por esta semana, parabéns pela atuação do Coren, sei que está fazendo formação permanente, uma atuação muito bonita, muito diferenciada de vários conselhos. Parabéns a esta gestão. Força e sucesso! Contem conosco neste Parlamento.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR DR. THIAGO (DEM):** Obrigado, Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Caro enfermeiro Daniel Menezes de Souza, Presidente do Coren/RS, é uma satisfação tê-lo aqui conosco neste tema da contribuição dos enfermeiros na proteção à saúde como um todo da nossa população.

Quero enaltecer aqui o trabalho multidisciplinar e o trabalho de algumas grandes enfermeiras com quem a gente trabalha. Eu não poderia deixar de citar a enfermeira Santa Elaine; a enfermeira Maria Longina, que trabalha na Bom Jesus; a enfermeira Máurea, que trabalha na US Restinga; a enfermeira Rosane Metrângolo, que trabalha no Pronto Atendimento da Cruzeiro; a grande enfermeira Joelza, que trabalha no Centro Obstétrico do Hospital Presidente Vargas, que foi o grande símbolo de mobilização dos municipais no ano passado, quando, de forma intempestiva e desarmoniosa, foi frontalmente atacada pela gestão municipal. Não poderia deixar de citá-las, e, citando essas enfermeiras, eu me dirijo a todos os enfermeiros e técnicos de enfermagem, aos que prestam serviço público no Município de Porto Alegre, ao SUS,

nos hospitais 100% SUS, filantrópicos, aqueles, enfermeiro Daniel, que também desejam ingressar no atendimento SUS. Falo dos concursados do concurso nº 565, que esta Casa, no ano passado, transformou, enfermeiro Daniel, de forma rápida, muito rápida, transparente, 70 vagas de Auxiliar de Enfermagem em Técnico de Enfermagem. Esta Casa não levou uma semana para votar esse projeto. Pois bem, hoje nós temos mais de 40 vagas ainda abertas do concurso de Técnico de Enfermagem e Enfermeiros, é tudo no mesmo concurso, e faltam muitos profissionais na rede pública.

A imprensa noticia a grande dificuldade que se tem no Pronto Atendimento da Cruzeiro, atendimento às pessoas, em condições precárias de atendimento, e por poucos profissionais. Lá, a lotação é 14, mas normalmente têm 34 pacientes, alguns internados no chão, e para atender esses 34 pacientes, normalmente, têm dois técnicos de enfermagem e uma enfermeira. A ponto de o COREN não conseguir representação técnica, não existe responsável técnico no Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul, porque as condições não são dadas a se ter responsável técnico lá. Então essa é a grande reflexão que precisamos fazer. Estas situações e outras precisam ser modificadas. Nós temos encontrado nas redes sociais, nós temos dado caminho para essas questões.

A questão da saúde mental, a menos de 4 quilômetros do Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul, nós temos um hospital fechado, que é o Hospital Parque Belém, que já foi referência no Centro de Dependentes Químicos, o Cedequim, poderia ser reutilizado, sem dúvida nenhuma, a qualquer momento se encontrasse alguma possibilidade jurídica de fazer isso, mas não consegue avançar.

Nós temos agora o interesse do Estado, dito aqui na Frente Parlamentar sobre Drogas, de credenciar o Hospital Beneficência Portuguesa, com leitos em psiquiatria, e também nós encontramos a dificuldade e a sensibilidade do Prefeito Municipal que precisa atentar para essas coisas, tem caminho para melhorar e precisa melhorar esse quadro muito difícil, pelo qual passa a enfermagem, passam os médicos, passam os enfermeiros nesses locais de atendimento. Eu acho que essa é a grande reflexão que a gente deve fazer neste momento, sem nunca deixar de enaltecer, de elogiar o trabalho dos abnegados enfermeiros que trabalham pelo SUS no nosso Município, nos hospitais e na saúde pública em Porto Alegre. Parabéns, o senhor representa essa categoria, que cuida da saúde das pessoas.

De forma multidisciplinar, transversal, a gente vem enaltecer esse “trabalhar junto”, que é muito construído a partir da ação dos nobres enfermeiros que trabalham nesta Cidade. Parabéns, e parabéns a esses que eu citei, que simbolizam e representam o conjunto da categoria.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Os enfermeiros, essa categoria que, quando nós chegamos aos hospitais com os nossos parentes, ou nós mesmos, muitas vezes num momento de dificuldade, num momento de dor, se tornam, juntamente com os médicos, os nossos anjos aqui na Terra, assim como outros profissionais, como bombeiros, policiais. Pessoas que dedicam a sua vida a salvar vidas, dedicam a sua vida para dar conforto, dar afeto, dar carinho para melhorar a vida das pessoas merecem de todos nós respeito, admiração por escolherem uma profissão digna, que exige dedicação; muitas vezes, exclusividade, porque estão lá à disposição, no dia a dia, dentro de um hospital, de um pronto-atendimento, dentro de uma emergência, dentro de uma ambulância para fazer o papel de anjos da guarda. Mas, a cada dia que passa, a gente vê, pelos governantes, esse papel não sendo reconhecido; a gente vê esse papel se transformar em secundário. Não parece que os governantes reconheçam esse valor. Aqui em Porto Alegre, no Sistema Único de Saúde, que atende os nossos hospitais, as nossas UPAS, os nossos postos de atendimento, atende a nossa SAMU, estão esses profissionais. Quando tem um acidente no trânsito, quando uma pessoa entra ferida no hospital com uma internação séria, ou quando atendem um acidente muito grave no nosso Estado, como foi àquela tragédia da Boate Kiss, esses profissionais abrem mão de tudo para lá estarem presentes. Agora, na nossa Cidade, por exemplo, esses profissionais que estão no Pronto Socorro, que estão nas UPAS, que estão no Hospital Presidente Vargas, que estão em várias unidades de Porto Alegre serão afetados por um projeto do Governo que chega nesta Casa, que tira – senhoras e senhores que estão nos assistindo, ou nos ouvindo, através da nossa rádio, ou estão aqui nas galerias – o Regime de Dedicção Exclusiva. Para as senhoras e os senhores entenderem o que é isso, vou explicar. Esses profissionais que estão em todos esses órgãos de saúde que eu falei aqui, de Porto Alegre, outros órgãos que eu possa ter esquecido, poderiam estar trabalhando em outro hospital, como o de Canoas, no Hospital Federal, numa clínica ou hospital particular, e foram convidados pelo Município de Porto Alegre a fazer um Regime de Dedicção Exclusiva – RDE. Esses enfermeiros que salvam vidas, esses enfermeiros que abriram mão de ficar com a sua família, que estão lá muitas vezes trabalhando num corpo de uma pessoa, num membro de uma pessoa, trabalhando para salvar vidas, abriram mão e foram convidados a ficar num Regime de Dedicção Exclusiva para trabalhar exclusivamente para a cidade de Porto Alegre, recebendo uma compensação monetária a mais nos seus salários. “Venha trabalhar comigo, que eu lhe pago ‘x’ a mais.” E foi assinado, foi uma proposta e eles aceitaram. E agora vem um projeto a esta Casa tirando esse Regime de Dedicção Exclusiva, dizendo a eles que não vale mais, que acabou, que encerrou. Só que muitos estão com esse Regime de Dedicção Exclusiva há 15, 20, 25 anos. Aí o Governo diz

que é a partir dos novos. Mas em nenhum momento o projeto diz: “este projeto valerá a partir de agora”, só tinha que ter essas palavras, fora isso, é enrolação, é enganação.

Daqui a pouco venho falar em Liderança do meu partido, e vou provar que este Governo só engana, só enrola a população de Porto Alegre, como está fazendo com os permissionários do Mercado Público, que assinaram um PPCI, investiram muito dinheiro para fazer o PPCI do Mercado Público, que não poderia nem estar funcionando, mas está funcionando pela dedicação dos permissionários, e agora o Governo vem fazer uma parceria público-privada, que nós vamos mostrar aqui que não está funcionando no Brasil há muito tempo. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB):** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É um importante momento para falarmos sobre os profissionais da área de enfermagem, que são comprometidos com a defesa da vida, que diuturnamente trabalham em hospitais e em postos de saúde, nas nossas rodovias, acalentando as pessoas que necessitam. Muitas vezes, profissionais que são invisíveis e que só aparecem quando a questão de saúde é necessária a todos nós, independentemente de cor, de raça, de gênero, de credo, estão os profissionais da enfermagem a dar o seu melhor para acalentar as pessoas no momento da falta de saúde e para também serem fortes no momento de perdas. Quero dizer que é uma profissão antiga que desde a 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Guerras Mundiais – 1.854 data a primeira enfermeira que trabalhou em uma guerra. Nas guerras são necessárias enfermeiras, mas no período de paz também. E são esses profissionais que levam a paz, heróis e heroínas ocultos, que hoje esta Casa vem homenagear. Quero dizer para aqueles que nos assistem nas galerias, sejam muito bem-vindos, ali está o Pedro, do Armas Pela Vida, e dizer também que precisamos cuidar dos cuidadores. Também temos que ter um olhar para essas pessoas, homens e mulheres, que trabalham com a saúde que, muitas vezes, são esquecidas por aqueles que também devem fazer seu cuidado.

E aqui é este momento de dizermos que nós, Vereadores desta Casa Legislativa, estamos fazendo o cuidado, chamando a atenção para esses profissionais que precisam também dos nossos cuidados, neste momento aqui, na parte legislativa, que tenham seus direitos garantidos, para que tenham também as suas vidas tranquilas para melhor darem de si. A atenção a cada paciente, competência em cada procedimento e a dedicação a cada dia, esse é o resumo dos profissionais de Enfermagem. Quero lembrar aqui a Prefeita Fábria Richter, do Município de Cristal, Enfermeira, que também gostaria de estar aqui nesta tarde conosco, mas por motivos de compromissos junto ao seu Município, não pôde, mas mandou um abraço ao Presidente

do Coren, ao Presidente da Câmara aqui, através do nosso amigo Janta. E em nome dela, faço esta homenagem a todos os profissionais de Enfermagem.

**Vereador Mendes Ribeiro (PMDB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Nádia por me conceder o aparte, quero saudar o Presidente do Coren, Enfermeiro Daniel Menezes de Souza e te cumprimentar por propor, nesta quinta-feira, o tema específico sobre a função tão importante do enfermeiro à frente dos hospitais. Como tu falaste, Nádia, só vê o papel do enfermeiro quem está lá dentro. Eu, que estive um longo período dentro do hospital, oito meses acompanhando meu pai, vi o trabalho tão complexo que é e o cuidado, a atenção do enfermeiro. Nós sabemos que é uma tarefa árdua, difícil lidar com a vida, e são esses guerreiros que carregam e levam o serviço nos hospitais por cuidar dos pacientes e das famílias dos doentes que lá estão. Então, quero te cumprimentar mais uma vez por trazer este tema tão importante a este plenário, ao Presidente. E contem conosco na luta para cada vez mais fortalecer o trabalho e a carreira dos enfermeiros. Parabéns.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB):** Obrigada, Ver. Mendes. Quero dizer que essa proposta, além da Comandante Nádia, tem o Ver. Dr. Goulart, o Dr. Thiago também como proponentes. Enfim, 12 de maio é o Dia do Profissional de Enfermagem. Mas que não seja apenas 12 de maio, que possamos lembrar dessas pessoas fundamentais para a saúde de todos durante todos os 365 dias do ano. Vida longa aos nossos enfermeiros e enfermeiras. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD):** Boa tarde, Presidente, Ver. Cláudio Janta. Quero cumprimentar o Sr. Daniel Menezes de Souza, Presidente do Coren e, em seu nome, todos os enfermeiros. Todos os profissionais da saúde são importantes, porém os enfermeiros são, com certeza, mais próximos do paciente. Eu não poderia deixar de vir aqui porque foram inúmeras as vezes que fui ao hospital como atleta, jogador de futebol, e tinha lesões que a gente achava que não tinha mais volta, e quem confortava eram os enfermeiros, quem estava ali do lado eram os enfermeiros. O Bosco me disse que o médico é muito importante, ele faz a cirurgia, depois tem outra cirurgia, e quem fica contigo, quem dá esse carinho, esse conforto são os enfermeiros. Eu falo isso como paciente.

A minha nora é enfermeira no Clínicas. Cumprimento todos os enfermeiros, em especial aqueles que, no passado, me confortaram e que me deram força! Enfermeiro é muito importante na vida do paciente, ele que dá o conforto, que fica ali, que conversa contigo, que te acolhe e dá o carinho. Por isso eu não poderia deixar de vir aqui falar. Ouvei todos os colegas falando e só quero dizer uma coisa: contem com este

Vereador, com nosso Partido, o PSD, que eu sei da importância de vocês para o nosso povo. Vocês são muito importantes, o primeiro contato é com vocês. É como se dizia no futebol: muita gente não dá valor ao preparador físico, ao cara que arruma a nossa roupa para nós estarmos aptos a entrar no campo. Às vezes é mais valorizado o treinador do que o preparador, que te dá condições de estar ali no gramado para jogar. E quando machuca, quem te dá essas condições são os enfermeiros, são os profissionais da saúde, é ele que fica contigo, o médico só olha e pergunta se está bom. O médico é muito importante, mas o enfermeiro é – vamos dizer assim – um pedaço da tua família que está ali contigo.

Então, contem com o apoio deste Vereador, contem com o apoio do meu Partido, porque todos nós sabemos da importância dos enfermeiros para a saúde do nosso povo.

Quero agradecer muito, de coração, por tudo o que passei, por tudo o que fiz e por tudo o que vocês fizeram, não só por mim, mas pelo povo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero agradecer, comemorar junto com vocês. Se vocês não têm uma comemoração pela questão classista ainda, isso vai chegar, pela luta de vocês, pela referência de vocês. Vejo aqui que há vários projetos em andamento, seja na União, no Estado, principalmente. O Coren é uma entidade representativa muito consciente da responsabilidade, que, tenho certeza, engloba todos os participantes.

O Ver. Mendes tocou na questão de dentro do hospital, e é isso que eu queria falar. Eu fiz cinco operações, fora exames corriqueiros que a gente faz o ano inteiro: operei o quinto metatarso, operei o joelho três vezes e uma vez operei o nariz. Cada vez que a gente entra no hospital, quem é que faz o primeiro atendimento, que recebe a gente com aquele carinho, com aquela tranquilidade, com aquele encaminhamento que dá tranquilidade? Depois, a gente vai se acostumando e acaba até dando uma sesteadinha lá, porque está tranquilo com esse carinho que dão, muitas vezes, no hospital. Muita gente acha que as pessoas vão para o hospital para morrer. Não! Com um carinho desses, a gente tem que ir confiante, tem que ir com a noção de que vai chegar lá, vai ser bem tratado e vai ter confiança. E essa confiança inicial vem de quem? Do enfermeiro ou da enfermeira que recebem a gente com carinho; no caminho, já dizem o que vai acontecer: calma; assim ou assado; primeiro vais fazer isso, depois vem o médico. E com aquilo eu já me sentia tranquilo. O lado classista vocês têm, já falaram aqui meus colegas, as preocupações, as questões que vocês devem realmente conquistar pelo trabalho. Esse é um reconhecimento da sociedade, e que os parlamentares, quando é lei estadual ou federal, tem que reconhecer. Essa é uma questão que vai vir com o tempo, com a luta de vocês, sem dúvida. Eu me lembro de



uma época, eu não sei se ainda existe uma briga entre o médico e enfermeiro: se podia isso, não podia aquilo. Eu acho que já ultrapassaram, ou mais ou menos. São coisas que acontecem no dia a dia, dá um ciuquinho, normal, porque quem tem os dois tem melhor do que um. E no primeiro atendimento, às vezes, o carinho é tão grande que dá um pouquinho de ciumeira ali, mas isso é coisa que acontece e passa, e quem ganha é o cliente. É uma questão de tempo. Então eu quero parabenizá-los, sei do carinho de vocês, do comprometimento de vocês com a causa, com a sociedade, vocês são importantíssimos em qualquer local do Estado, do Município. Tem que ter, sem dúvida, o reconhecimento. Fui breve para dizer que é mais reconhecimento, não precisamos falar muito, mas reconhecer aquele trabalho que vocês fazem e vão continuar fazendo para a sociedade gaúcha e brasileira. Parabéns! Obrigado a todos!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** O Sr. Daniel Menezes de Souza está com a palavra para as suas considerações finais.

**SR. DANIEL MENEZES DE SOUZA:** Meus caros Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, como encerramento, depois de ter feito a fala inicial e tê-los ouvido, eu queria colocar que essas preocupações não são preocupações corporativas, são preocupações que nós temos em relação à qualidade do atendimento que a nossa população merece. Então essas condições de trabalho que nós colocamos são essenciais para que a nossa sociedade seja bem atendida. E esse é o papel de um conselho profissional, um conselho que fiscaliza a profissão, e o de garantir que a sociedade e o cidadão sejam bem atendidos, com qualidade, com segurança. Então, neste contexto, nós entendemos necessário trazer à discussão essas condições que os trabalhadores da enfermagem estão inseridos no serviço de saúde. Então, esse tema do dimensionamento, que é o quantitativo de pessoal para o serviço, que surgiu aqui nas falas de uma forma mais presente e próxima, que é o caso do pronto atendimento do Cruzeiro do Sul, a Saúde Mental, são exemplos desta dificuldade que nós encontramos em relação à demanda excessiva de trabalho que está aos nossos cuidados. Então, é importante que os Senhores aqui da Casa tenham este olhar, para que a nossa população de Porto Alegre seja bem atendida, que o dimensionamento seja cumprido pelas instituições. Nós indicamos, através de um embasamento técnico-científico, o quantitativo que é necessário. E muitas vezes esse dimensionamento não é só colocar mais pessoal, às vezes é necessário retirar daquele profissional as tarefas que ele está fazendo, mas que não deveria estar fazendo. Isso também gera sobrecarga. O tema do dispensação do medicamento, que a gente enfrentou recentemente e continua a enfrentar, diversas profissões estão envolvidas, a própria farmácia. Muitas vezes o técnico da saúde está lá no posto sobrecarregado, porque está tomando conta da farmácia, enquanto deveria estar dando vacinas, fazendo curativos ou na visita domiciliar. Então, esse olhar do gestor e de vocês Vereadores, como fiscais do Município, precisa estar atentos. Por isso que a gente pede essa colaboração. Das 75 vagas, que a Câmara prontamente atendeu,

quando da transposição dos auxiliares para os técnicos, ainda faltam 40 colegas que não foram chamados. E a informação que a gente tem é que já se aposentaram mais de 100. Então, a defasagem aumentou. Então, a importância desse comprometimento, pois, se todos nós temos esse entendimento sobre a importância do nosso trabalho, então, peço a sensibilidade de cada um de vocês, para que olhem com muita atenção, em especial, a esses projetos que foram apresentados aqui na tribuna, que olhem o pessoal da enfermagem, que olhem os colegas aqui do Município. O que pode estar por trás, caso esse projetos, que foram nominados aqui? Não conheço muito o detalhamento, mas, pelos relatos, são prejudiciais para a nossa categoria de enfermagem e, conseqüentemente, para o atendimento da saúde da população.

Para encerrar, gostaria de convidá-los, os Vereadores, as Vereadoras e a sociedade porto-alegrense que nos acompanha, para, no dia 20 de maio, na Redenção, no entorno do Monumento do Expedicionário, das 9 horas às 13 horas o Conselho Regional de Enfermagem e demais entidades da enfermagem dialogando sobre a importância desta profissão junto com a sociedade, então fica o convite para que compareçam e que possamos discutir e apresentar esse diferencial do trabalho e apresentar para nossa população esse diferencial, e que tenhamos esse reconhecimento para que possamos, como disse o Vereador Cassiá, ter esse reconhecimento através das medidas legislativas que precisamos aprovar. Agradeço, mais uma vez, aos Vereadores, Dr. Thiago, Comandante Nádia, Dr. Goulart, pela proposição de estarmos aqui hoje. Muito obrigado. Saio contente pelo que ouvi de todos vocês, deste interesse em estar colaborando com a nossa profissão, e conseqüentemente com a sociedade, então contamos com essa parceria e o Conselho Regional de Enfermagem se coloca à disposição sempre que for necessário, para debater outros temas nos quais nós estejamos inseridos. Nós estamos à disposição para vir aqui e colaborar. Muito obrigado. Uma boa tarde. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD):** Obrigado, Sr. Daniel Menezes, esta Casa e seus 36 membros, com certeza, estão à disposição do Conselho e da categoria. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h37min.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 15h38min:** Estão reabertos os trabalhos. Srs. Vereadores, estou pensando, na semana que vem, em mais um Câmara na Rua. Estava conversando aqui com o Ver. Cassio em, de repente, visitarmos a usina de asfalto da Cidade, que não está funcionando, sabermos qual é o problema dessa usina de asfalto, e aí teria que ser na quinta-feira pela manhã, bem cedo, porque à tarde o Ver. Luciano Marcantônio vem aqui. Poderíamos ajudar o Vereador,

inclusive, a fazer com que a Secretaria funcione melhor a favor da Cidade, já que o Prefeito não quis aceitar aquela antecipação de recursos que a gente se propôs a fazer para ele. Submeto aos senhores, que pensem a respeito, e se for o.k., programa para a próxima quinta-feira a visita à usina de asfalto da Restinga.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, como encerrei aqui na questão do Coren, em torno de mais ou menos duas semanas atrás, foi anunciado que os permissionários do Mercado Público fizeram juntamente com a Prefeitura de Porto Alegre um acordo, um termo de ajuste, uma parceria, para fazer o PPCI do Mercado Público. Na parte de cima do Mercado e também de todo o Mercado Público. Isso inclui fazer o esgoto do Mercado Público, caixa d'água e todo o PPCI do Mercado Público. Isso é um grande valor financeiro que a Prefeitura não teria aporte para fazer. Esse acordo também inclui uma dívida que a Prefeitura tem com alguns funcionários que faziam segurança, limpeza no Mercado Público. E aí, agora, se vê o anúncio da Prefeitura que vai colocar o Mercado Público num edital para fazer uma PPP. Durante todos esse processo dos permissionários gastarem uma grande quantia em dinheiro, grande quantia em dinheiro para fazer todo o PPCI do Mercado Público, que inclui até uma cisterna, uma caixa d'água imensa no subsolo; inclui negociações com o Epach para fazer uma escada rolante e uma escada fixa que leva ao segundo andar, diz a Prefeitura que vai fazer uma PPP na questão do Mercado Público. Sendo que saiu no jornal Folha de São Paulo uma reportagem sobre as PPPs. Entre as 53 PPPs, incluindo estados e municípios, parcerias públicas privadas, em 43 delas não há projeção de gastos sobre o orçamento futuro. Foram feitas na forma das que são propostas no Município de Porto Alegre. Não só no Mercado Público, propõe também fazer na questão do saneamento, na questão de energia, que hoje é moda, vários Municípios estão fazendo. No Brasil, 53 estados e prefeituras têm parcerias público-privadas em vigor, mas 80% deles não acompanham de forma adequada o impacto fiscal de longo prazo de seus contratos, que implicarão pagamentos mensais, que poderão ser já nos próximos 8 anos, podendo chegar a comprometer em até 35 anos. Dos 53 governos que têm contratos vigentes, 42 não fazem registro dos pagamentos em seus balanços, descumprindo regras fiscais. Apenas cinco deles preenchem os requisitos definidos pelo Tesouro. Os demais preenchem de forma parcial. Essa forma de PPPs, que fica escondida numa caixa de Pandora, foi uma das situações que levou países como Portugal e Grécia a terem graves problemas de comprometimento fiscal devido à assinatura irresponsável de PPPs. Aí vem uma coisa que as pessoas escondem de nós, simples mortais, e que agora começam a vir à tona: a grande diferença entre as PPPs e as concessões regulares é que o governo, nas PPPs, assume a parte de risco. No início, é uma maravilha! Como era a nossa Cidade no início do mandato do Sr. Prefeito que não gosta de pobre, uma maravilha: reduziu o número de Secretarias, diminuiu o número de CCs, uma maravilha, Ver. João Bosco; ia ter esporte para a população, políticas para as pessoas com deficiência, ia ter carnaval, ia ter cultura, ia ter a Prefeitura nos bairros, procissão de Nossa Senhora dos Navegantes,

de São Jorge, ia ter tudo! Ia ter carnaval, foi às escolas de samba, fez passinhos, depois fez *despacito* na Cidade; tocou surdo e agora, ele é surdo, não ouve o clamor popular. A Prefeitura assume parte dos riscos, as regras viram um freio, e o Prefeito está propondo isso para o Mercado Público, assim como para o sistema de esgoto e para a questão da iluminação de Porto Alegre.

Aqui, nesta reportagem, tem um detalhe que está em letras miúdas, que é a questão da saúde pública. Diz o seguinte: “Parceria público-privada não funciona na saúde pública”. Está aqui! Não pode funcionar! Então eu venho aqui dizer que o Prefeito cometeu um estelionato com os permissionários do Mercado Público. Estão fazendo PPCI para o Mercado Público, e, agora, o Prefeito, na calada da noite, faz uma proposta de parceria público-privada do Mercado Público de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara, uso este período de liderança do meu partido, o PMDB, para falar sobre a Semana do Jovem Empreendedor, que se desenvolve na cidade de Porto Alegre no mês de maio. É uma lei de minha autoria a que coloca no calendário de datas comemorativas e de conscientização de Porto Alegre a Semana do Jovem Empreendedor de 1º a 7 de maio. Nessa semana, incentivamos o empreendedorismo jovem, a capacitação, a troca de experiências, as oportunidades de negócios e a reflexão sobre a importância dessa mobilização em benefício do desenvolvimento econômico e social da cidade de Porto Alegre.

Essa iniciativa é nova, Ver. João Bosco Vaz, ela prevê a superação de paradigmas e importantes desafios. Este é o segundo ano consecutivo em que conseguimos avançar com essa semana. E o mais importante: sem nenhum custo público para desenvolver a Semana do Jovem Empreendedor. No ano passado, foram mais de 16 reuniões em diversos lugares da Cidade, e aqui eu não poderia deixar de agradecer à AJEPOA, Associação de Jovens Empresários de Porto Alegre que me trouxe a ideia da Semana do Jovem Empreendedor, e junto comigo foi atrás de parcerias, para fazer com que essa Semana se desenvolvesse e possa se desenvolver cada vez mais. Então quero deixar o meu agradecimento a AJEPOA e a todos os envolvidos.

A agenda de ações neste ano foi ampliada com mais 30 atividades descentralizadas, entre eventos, debates, palestras em escolas públicas e cursos gratuitos. Na Câmara Municipal de Porto Alegre concedemos a Comenda Por do Sol, na sexta-feira passada, para homenagear a AJEPOA por essa brilhante iniciativa, que este Vereador viu uma oportunidade de trabalharmos a cultura empreendedora em Porto Alegre. Eu sempre digo: nós temos um viés antiempreendedorismo, e nós só vamos

mudar isso com trabalho, com dedicação e persistência. Então, que a Semana do Jovem Empreendedor, a cada ano tenha cada vez mais força, cada vez mais parceiros, e que a gente possa trabalhar cada vez mais o empreendedorismo na cidade de Porto Alegre, e principalmente, o empreendedorismo aos jovens porto-alegrenses que possam desenvolver o empreendedorismo, possam ter protagonismo e possam desenvolver o seu negócio, trazendo renda e empregos para a cidade de Porto Alegre, que é o que a gente mais precisa para termos uma Cidade desenvolvida e atender melhor à população. Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado e boa semana a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Ver. Mendes Ribeiro, muito obrigado, cumprimentos pelo seu trabalho junto à Associação de Jovens Empresários que faz um trabalho maravilhoso também, e a Semana do Empreendedorismo. Acho que é um paradigma que temos que estimular, Ver. Camozatto, que também trabalha nisso, uma educação empreendedora, isso é fundamental, projetar a nossa gurizada, a juventude, no século XXI, e não nos paradigmas do século passado. Cada Vereador aqui trabalha num tema, o Ver. Carús, daqui a alguns dias a Semana do Meio Ambiente; a Ver.<sup>a</sup> Sofia a questão da Educação; o Ver. João Bosco Vaz, nós fizemos, com a Federação Gaúcha de Futebol, esta semana, um evento, que o Ver. Cassiá presidiu. O Vereador-Presidente busca, na medida do possível, estar junto com os Srs. Vereadores em todas essas iniciativas.

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR DR. GOULART (PDT):** Estimado Presidente Valtinho, eu venho falar a respeito de uma demanda sobre a qual eu sempre tenho falado nesses últimos tempos, que é o câncer de colo uterino. O câncer de colo uterino é uma doença que mata mulheres muito jovens, mulheres muito moças morrem de câncer de colo de útero. Para vocês entenderem como faz falta uma mulher nessa idade, se nós perdemos uma mulher numa família por câncer de colo, no outro dia, depois que passaram as exéquias, as crianças vão para casa com o pai, e o pai não sabe onde estão as roupas das crianças, o pai não sabe onde está a cartucheira para levar a comida para a hora do recreio, coisas mezinhas, mas para vocês verem a dificuldade que é a perda de uma mulher. A mulher é importante sempre, mas, quando ela morre moça, o vazio que ela deixa é imenso, além da saudade.

Nós sabemos o que é que causa o câncer, é um dos poucos cânceres que a gente sabe a causa: é a presença de um vírus que se pega pela relação sexual, chamado vírus do HPV. Nós sabemos que ele é o causador.

Alguns cientistas do mundo começaram a trabalhar com o câncer de colo. Como é que a gente pode, sabendo todas essas informações, resolver o problema do câncer de colo de útero. E tem dado certo. Se a gente colher o preventivo do câncer de colo por três anos seguidos, a gente pode dizer que, a partir do quarto ano, se todos deram negativo, as mulheres, até o quinto, o sexto ano, não terão câncer de colo de

útero. Tentou-se fazer esse trabalho numa cidade do Rio Grande do Sul, com o Dr. Waldemar Rivoire, mas acabou não dando certo, porque era muita gente. Eu propus para a Comandante Nádia que a gente fizesse aqui na Câmara. Por exemplo: Câmara de Porto Alegre sem câncer de colo de útero. Nós convidamos as funcionárias da Câmara a colher o preventivo de câncer, e para isso teremos o laboratório do Dr. Villas Boas presente aqui, amanhã, e podem ser mulheres da comunidade ou da Câmara. Vamos aceitar, também, que as mulheres tragam o preventivo já feito com seu médico nesse último ano, e depois, se por acaso quiserem continuar fazendo com seus médicos, só tragam para continuarmos acompanhando. As funcionárias da Casa, que ainda não tiverem a coleta do preventivo de câncer – volto a dizer –, a partir de amanhã estará sendo coletado pelo laboratório do Dr. Villas Boas. Então, se por acaso, coletar amanhã, e coletar três anos seguidos, posso dizer que a partir do quarto ano as mulheres não terão câncer de colo nas comunidades que nós escolhemos. Claro que escolhemos uma comunidade pequena, que é a Câmara de Vereadores, que é importante pelo que representa, pelo que vai repercutir na Cidade, e, ao mesmo tempo, por poder oferecer às mulheres essa possibilidade de coleta. Estou sendo repetitivo, para que quando as pessoas nos verem pela TVCâmara, saibam que estamos falando de câncer de colo, e que se tivermos a coleta feita em três anos, a partir do quarto ano podemos dizer que nos próximos três anos as mulheres não terão câncer de colo de útero. A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia abriu as inscrições para a coleta de 15, que começará amanhã, e será de funcionárias da Câmara; já tem mais 15 mulheres marcadas para a semana que vem. Foi importante termos falado para as mulheres da Casa, que se socorreram disso. Então, vale a pena trazer o exame já feito do preventivo de câncer de casa e pode continuar colhendo com o seu médico; quem não tiver essa oportunidade, teremos médico aqui. Espero que nenhuma mulher tenha câncer de colo de útero nesses exames que faremos, mas, se acontecer, se for bem inicial, temos como resolver usando o nosso amado SUS. Ofereço, além da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, também ao Ver. Dr. Thiago, que sabe da importância, ele que é ginecologista, de colhermos o preventivo de câncer anualmente nas mulheres. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Ver. Dr. Goulart. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-lo, Presidente Valter Nagelstein, Vereadoras, Vereadores. Quero salientar que hoje, pela manhã, embora eu não representasse o meu partido, mas poderíamos participar como Vereador, e participamos da reunião de abertura da Comissão Especial que tratará sobre o IPTU. Uns dizem que é aumento, outros não, mas é aumento do IPTU sim; tem que dizer que é aumento de IPTU sim! Não adianta tapar o sol com a peneira. E lá fiquei satisfeito num aspecto em que a Comissão irá se aprofundar: fará várias reuniões pela Cidade, tipo audiência pública, para consolidar e entender esse processo.

Quero salientar que o Secretário – e eu o contestei – fez uma análise de que o IPVA, por exemplo, é maior do que o IPTU. Olha, ele até tem razão pelo valor, mas existe, recentemente saiu uma estatística, um milhão de pessoas que não pagaram o IPVA. Não pagaram porque não quiseram, na realidade não pagaram porque a crise é muito grande, as estradas estão péssimas, a Cidade está toda esburacada, 50% para o Estado e 50% para o Município, essa é a receita do IPVA. Portanto, os contribuintes, os cidadãos estão frustrados, pois só pagam impostos e não têm melhorias. Essa comparação, portanto, é muito difícil fazer.

Por outro lado, ele também falou sobre o Imposto de Renda, que a todo o momento está sendo aumentada a alíquota para pagar o Imposto de Renda – é verdade! Só que ele não disse que não aumenta o valor de isenção, que hoje está em R\$ 1.903,00, mais ou menos, que hoje deveria, pelos cálculos, chegar a quase R\$ 4 mil, só pagariam a partir desse valor, isso ele não disse. Então, ele faz umas comparações um pouco esdrúxulas que não têm, no meu entender, muita relação. Em São Paulo, se pegarem a Folha de São Paulo, vão ver que lá tem quase dois mil imóveis ociosos. Estão ociosos porque não conseguem alugar, pois o valor é muito alto, ou umas espeluncas, mas estão servindo para exploração imobiliária. E lá tem uma lei junto com o aumento progressivo, que diz que, depois de cinco anos, pode desapropriar. Aí muitos vão usar o argumento que é melhor desapropriar porque não vão conseguir vender. Olhem a situação em São Paulo, uma metrópole de mais de 11 milhões de habitantes. Aqui há proposta de uma redução de 25% nos imóveis comerciais do Centro. Esse é um assunto polêmico, quer dizer que os empresários vão ter 25% de desconto enquanto que os residenciais não terão? É uma coisa a ser discutida. Quando se aumenta o IPTU tem que se notar... Eu não tenho o levantamento, não trabalho na Prefeitura, na Fazenda, mas acredito que tenham mais inquilinos do que proprietários. Quando aumenta o IPTU, quem paga é o inquilino. Isso vai trazer também um processo prejudicial à locação de imóveis na Capital, porque ele tem que pagar o IPTU, o aluguel, o condomínio, a água, a luz, tudo isso trará um transtorno de custo para quem alugar. Esses aspectos devem ser analisados nesse bojo, nesse contexto. Quero chamar a atenção, eu moro no bairro Teresópolis, várias vezes disseram que existe um imóvel lá no valor de R\$ 1,5 milhão. Olha, vender um imóvel de R\$ 1,5 milhão, em Teresópolis, é quase impossível, eu não conheço, mas questionando, sabe-se que é uma área grande, tem uma empresa... Bom, já mudou tudo. Mas não se pode jogar assim no ar, Ver. Dr. Thiago, de que num bairro “x” tem um valor de um imóvel, seja ele residencial ou não, que naturalmente aquele vale tanto. Não pode jogar assim no ar. Não pode colocar numa lâmina dessas aí que na Av. Cel. Aparício Borges, que está na divisa entre Teresópolis e Glória, eu, conhecendo o bairro, sei que é menos valorizado que em outras regiões do próprio bairro, então não pode jogar assim numa lâmina, tentando achar que um tem um valor maior que os outros. Não existe imóvel para vender a não ser que seja área de tantos mil metros quadrados naquela região. Então, tem que ter cuidado quando se coloca na mídia. Eu já vi até jornalista fazendo essa comparação: que bairro tal tem um imóvel valendo tal, que paga tal. Não pode generalizar, Ver. Adeli, assim, jogar numa lâmina como se tudo fosse igual no bairro; não é verdade. Que há distorções na Cidade, nós entendemos,

Presidente, há muitas distorções. Mas essas distorções devem ser analisadas caso a caso, bairro a bairro, região a região, para que aí sim possamos ter essa noção exata do princípio da justiça.

Concluindo, dizendo que nós precisamos da simulação. Sem simulação, não há condições de avaliarmos o IPTU na cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Sr. Presidente, colegas Vereadoras, Vereadores, eu me pergunto onde quer chegar o Prefeito Municipal com essa proposição acerca do Mercado Público Central. Conversava com o Presidente Valter Nagelstein, há pouco, exatamente sobre essa questão. E quero conversar, se possível, com cada um e cada uma aqui, que eu sei que a maioria é frequentador do Mercado Público, conhece alguma história e tem algum tipo de relação com algum mercadeiro. Falava ontem que conheço um cidadão que trabalha há mais de 65 anos no Mercado Público Central, é a vida das pessoas. Nós temos uma Associação de Permissionários histórica, que poderia ser acionada e poderia dirigir tranquilamente o Mercado Público, até porque a nossa lei determina que o Funmercado é para usar em benefício do Mercado Público. Então eu vou avisando e vou dizendo: não esperem qualquer tipo de conciliação acerca dessa proposição, faremos de tudo, moveremos montanhas para destroçar ponto a ponto dessa PMI, atentos aos gastos, quem vai assumir, qual a relação com a municipalidade e o que está por trás. Não se preserva o patrimônio histórico e cultural da Cidade porque se teima em não discutir essa questão dentro do Plano Diretor, dentro do IPTU. Nós vamos terçar armas sobre essa questão.

Ouvi atentamente o Ver. Cassiá de manhã e agora também. Ver. Cassiá, na minha expectativa sobre IPTU, está bem melhor, mas bem melhor do que eu imaginava, e está bem melhor da que a do ano passado. Logo, nós, da oposição, não vamos ser acusados; como já dissemos na outra vez, não vão dizer que somos isso ou aquilo, a favor ou contra porque somos da oposição; nós vamos analisar item a item como fizemos hoje de manhã, e continuaremos, na quinta-feira, às 9h, nesse mesmo tranco, nesse mesmo vagar, levantando, ouvindo cada ponto. Esta Casa tem que fazer esses debates, aprovamos que iremos ao encontro das comunidades, nas regiões, nas associações, chamá-las aqui. Tenho certeza de que não estarei sozinho, estaremos onde formos chamados: na casa de pessoas, associações de moradores, associações de classe, num boteco, num café, porque é assim que se faz a vida de uma cidade.

Digo e repito: o PMI Mercado Público vai ter a nossa mais ferrenha, determinada oposição, e, se necessário for, faremos atos públicos no Glênio Peres, na frente da Prefeitura, abaixo-assinado, aqueles que a gente faz cara a cara com o cidadão assinando um papel e não apenas em meio eletrônico.



Sobre IPTU, estaremos presentes discutindo ponto a ponto da planta genérica de valores, mas não estaremos deixando de lado qualquer outra questão.

Vamos acompanhar o problema dos moradores de rua, que está se tornando uma situação insuportável em Porto Alegre: de um lado, a indignidade humana, a tristeza de ver as pessoas destroçadas nas ruas e, de outro lado, a violência que muitas vezes se usa contra essas pessoas ou, quando não há violência há o desdenho – nem uma coisa, nem outra. Atenção para esses dramas da humanidade neste mundo líquido, nesse mal-estar da pós-modernidade como bem nos diz Zygmunt Bauman, num magnífico livro de sua autoria.

E, finalmente, e não menos importante, a situação de abandono da Cidade. Nós pagamos uma Taxa de Iluminação Pública e a Rua Fernando Machado está um breu; a Praça Cônego Paulo de Nadal está jogada às traças, um perigo enorme; na frente da Santa Casa, a Praça Dom Feliciano virou um acampamento de deserdados e à noite é uma escuridão total e absoluta. Mais: recentemente inauguramos a Praça Júlio Mesquita – há três acampamentos lá; na Praça Brigadeiro Sampaio há dois acampamentos. O que diz a Prefeitura? O que fará a Prefeitura, Ver. Prof. Alex Fraga e Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna? Essas são as questões que a Prefeitura tem que responder. Quem se candidatou para governar tem que governar, governar com o povo e não de costas para o povo. Agradeço vossas atenções. Estaremos muito próximos, mais do que nunca, Ver. Pablo, debatendo essas questões, porque isso é o futuro de Porto Alegre, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Se a Câmara não se colocar nesse patamar de Poder desta Cidade, o que será do futuro daquela que já foi considerada uma das mais belas cidades deste país. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Ver. Adeli Sell. A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, falamos aqui com colegas, hoje é um dia de debates, um dia que estamos ao vivo na TVCâmara, e eu quero voltar ao tema da educação infantil, porque amanhã é o Dia Nacional de Luta contra a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; uma jornada. Em vários municípios haverá caminhadas. Em Veranópolis – minha cidade natal – vai haver uma caminhada promovida pelas entidades, pelos conselheiros tutelares.

Nesta semana recebemos aqui uma denúncia dos conselheiros tutelares de que essa é a violência de maior incidência, o maior número de atendimentos dos conselheiros tutelares. O segundo é o tema da ausência de vagas na educação infantil. Por óbvio, uma questão está ligada à outra. Enquanto a educação recua, aumenta a violência, porque a infância fica desprotegida, fica cuidada por outras crianças, fica à mercê dos adultos, à mercê da situação de vulnerabilidade. E eu trago aqui, Vereadores

e Vereadoras, a legislação a que me referia, mas eu quero precisar a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Ela vai lá no direito, no capítulo Do Direito, Educação e do Dever de Educar, determina a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos. Essa redação foi dada pela Lei nº 12.796, desde 2013, e não estabeleceu que essa obrigatoriedade seria exatamente naquele ano. Deu três anos para o início da aplicação da obrigatoriedade de ofertar a vaga e de colocar na escola crianças de quatro anos em diante, a partir de 2016. Nós estamos em 2018, e em Porto Alegre essa determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira não está sendo cumprida. Para as crianças de até cinco anos de idade, portanto antes do ensino fundamental, a educação infantil compete exclusivamente ao Município - ao Município de Porto Alegre, no caso das nossas crianças. E se formos à Constituição Brasileira de 1988, que também foi alterada pela Emenda Constitucional nº 59, em 2009, ainda em 2009, já houve uma alteração na Constituição Brasileira, tornando obrigatória e gratuita a educação básica dos quatro aos dezessete anos de idade. Então não é uma invenção nova, é desde 2009 que está estabelecido na Constituição, regulamentado depois, em 2013, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira: nós temos o dever de ofertar, e a família tem o dever de colocar a criança na escola a partir dos quatro anos. E os conselheiros tutelares da Restinga nos informaram que só naquela região 200 requisições de vagas na educação infantil e no ensino fundamental tiveram rejeição ou não atendimento pelo município de Porto Alegre; no caso da educação infantil, pelo Município; e, pelo Estado; o ensino fundamental. Duzentas, numa região, na Restinga, onde a vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes é brutal e onde aumenta a violência contra crianças e adolescentes. Então, é muito grave esse tema. Porto Alegre tem escolas que estão sendo fechadas pelo Estado do Rio Grande do Sul. Não há diálogo desse Estado com o Município para que elas sejam absorvidas pelo Município, para que se dê conta da educação infantil e do ensino fundamental.

Eu insisto nesse tema, porque, muitas vezes, não são recursos, é articulação, é seriedade, é prioridade para uma educação e cumprimento da legislação. Então, a nossa luta, para que a gente consiga que as crianças estejam na escola, não se insere só no tema da violência. Não! É bem no tema da violência que é mais claro para toda a população, mas principalmente pelo direito que a criança tem de estar na escola, de ter promovido o seu desenvolvimento integral, desde a mais tenra idade. E as crianças de pré-escola, de idade de creche que também, em Porto Alegre... Acabei de saber ontem a noite que, em Belém - e aí pergunto ao Presidente, que está nomeando uma escola infantil, se não é essa? -, também em Belém Novo tem uma escola infantil pronta, acabada e não está em funcionamento. Construída, com dinheiro público, à disposição do atendimento à criança e ao adolescente.

E não tem jeito de a Secretaria Municipal da Educação organizar, articular para que ela funcione. Parece que a opção da Prefeitura é privatizar. Então, gostaria que todos nós nos somássemos. Eu entreguei ontem ao Líder do Governo a listagem das instituições. Também outros Vereadores estão se oferecendo para dialogar com o

Governo do Estado, e nós não podemos continuar coniventes com o não atendimento da educação infantil nesta Cidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL):** Boa tarde a todos e todas, eu queria dar um relato. Nós, o Alex Fraga, que está aqui comigo, o Roberto Robaina, tivemos agora uma reunião com o Prefeito Marchezan e com o Gustavo Paim. Foram convidadas todas as bancadas, inclusive a do PSOL e as bancadas de oposição. Nós, obviamente, fomos à reunião, entregamos nossas propostas e nosso posicionamento diante do pacote que o Governo mandou à Câmara de Vereadores e que, evidentemente, a Bancada do PSOL tem não só posição como atuação. Primeiro o tema da retirada do Regime de Urgência de projetos que atacam o funcionalismo. Para nós é uma questão de princípios a defesa dos direitos dos trabalhadores, e ao mesmo tempo um dos grandes problemas do Governo Marchezan: ter eleito os funcionários públicos como inimigos ao invés de ter nos funcionários públicos os aliados para enfrentar essa crise que o Município passa. Nós entregamos um documento com muita proposta, desde o corte dos CCs até a adoção na metodologia de cálculo do Tribunal de Contas com relação ao comprometimento da folha, mas sobretudo um norte claro de que o Governo retire esse Regime de Urgência que quer, de maneira açodada, começar a votar projetos que atacam os direitos do funcionalismo público Municipal e também dos servidores da nossa Câmara. Ponto dois, o tema do IPTU, o Cassiá estava falando mais cedo sobre o IPTU. No tema do simulador, reafirmamos para o Governo que é preciso ter um simulador para fazer os cálculos obre a questão do imposto, nós achamos que é um princípio de transparência para que se possa ver de fato o que significa o impacto desse aumento de IPTU na vida da população, sem deixar de deixar claro que somos a favor da ideia da progressividade, só que não pode ser só uma ideia, é preciso taxar e muito os ricos, os que têm, mansões de R\$ 10 milhões, e o Governo para numa alíquota de 0,8% para todos. A partir de R\$ 3 milhões, todos os imóveis são taxados em 0,8%. É impossível! Tem imóveis de R\$ 10 milhões, tem imóveis de R\$ 8 milhões, tem gente que tem dois imóveis de R\$ 1,5 milhão, e a alíquota vai ser a mesma? Não, é preciso arrecadar e, sim, aumentar o imposto para quem tem um patrimônio deste tamanho, agora, é preciso também garantir que haja um aumento da tributação sobre os vazios urbanos para garantir que as propriedades cumpram sua função social, e ao mesmo tempo haja política de desapropriação para habitação social, que não está no projeto do imposto do IPTU. Reafirmamos que somos contra projetos que tarifem a classe trabalhadora e a classe média, e ao mesmo tempo em que temos posições muito claras com relação a este tema focando nestes três pontos.

Por fim, entregamos o diagnóstico do Ver. Prof. Alex Fraga no que diz respeito à Rede Municipal de Ensino, ao desmonte da rede, apresentando o grau de

descalabro que se encontra nas escolas hoje, o documento elaborado pelo Ver. Roberto Robaina trazendo os temas relativos à Escola Grande Oriente, assim como o problema da Saúde no posto de saúde do Rubem Berta, que sofre com falta de funcionários e com falta de infraestrutura para atender a demanda da população crescente. O documento nosso com os nossos posicionamentos reafirmando – e concluo por aqui - que é preciso também que haja o apoio da bancada do governo, nas iniciativas de investigação da corrupção. A Câmara não pode fazer de conta que nada está acontecendo no Município. Nós tivemos um rombo milionário no DEP, e a CPI do Ver. Roberto Robaina tem as assinaturas apenas da oposição. Nós tivemos um rombo na FASC, tem Polícia Federal e Ministério Público envolvidos, e não pode ser que o documento de CPI pedido por mim tenha só sete assinaturas para que a Câmara cumpra o seu papel. Agora, essa fraude milionária da Carris envolvendo inclusive, falsidade ideológica, envolvendo crianças mortas e benefícios no montante de quase R\$ 2 milhões pagos indevidamente numa maracutaia. E a Câmara finge que nada está acontecendo no Município, que não é consigo, que a corrupção não é um problema grave que precisa ser enfrentado. Então, nós pedimos, sim, que o Governo Marchezan apoie concretamente as iniciativas que envolvem a necessidade de combater a corrupção e a Câmara cumprir o seu papel no sentido de investigá-la. Nós achamos que o governo, lamentavelmente, segue com uma linha recessiva, neoliberal e de enfrentamento aos servidores. Mas, essa luta para defender os direitos do povo, para mudar a política no município de Porto Alegre, a bancada do PSOL sempre vai fazer. E nós, evidentemente, nós estamos abertos no sentido de lutar para que essa política de fato seja alterada; os servidores sejam respeitados; o Município volte a crescer; e a gente possa enxergar uma luz no fim desse túnel que só tem se ampliado em termos de desmonte dos serviços públicos e de demanda da população de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado,  
Vereadora.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0043/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 001/18**, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui art. 22-A na Lei Complementar nº 275, de 6 de abril de 1992 – que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município de Porto Alegre, disciplina a integração de bens móveis e imóveis e cria incentivos ao tombamento e dá outras providências –, condicionando à

autorização legislativa o estabelecimento de parceria público privada relativa a imóveis comerciais geradores de emprego que sejam tombados.

**PROC. Nº 0221/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 014/18**, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que denomina Escola de Educação Infantil Professora Heloisa Weinreb o equipamento público localizado na Rua Eustáquio Inácio da Silveira, 290, Bairro Belém Novo.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Aprego o PLCE nº 011/18. Quero dizer que eu estive no Paço Municipal, hoje pela manhã, no lançamento desses projetos que são extremamente importantes para a cidade de Porto Alegre, para destravar a construção civil e o desenvolvimento econômico da nossa Cidade.

Aprego o PLCE nº 012/18. Também reputo este projeto como muito importante, na medida em que o Código de Obras de Porto Alegre era muito antigo e autorizava, praticamente, tão somente a utilização de material de alvenaria e agora permite a utilização de novos materiais e iguala esses novos materiais à alvenaria. Portanto, construções de aço, que tinham uma incompreensível discriminação no Código de Obras da Cidade, e de alvenaria passam a ter tratamento isonômico.

Aprego Veto Parcial ao PLL nº 342/17.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR DR. THIAGO (DEM):** Ver. João Bosco Vaz, Vereadores que se encontram no plenário, eu quero dizer publicamente, Ver. Ricardo Gomes, que já de pronto acolho a sua solicitação de ontem, de ofício, de que, na medida em que esses requerimentos e essas solicitações de recurso chegarem na CCJ, nós vamos, sim, fazer um sorteio público para que nós possamos colher o parecer. Isso não tem problema algum. Agora, de forma nenhuma, Ver. João Bosco, como V. Exa. falou na Sessão, eu posso me furtar de votar essas matérias, faz parte do meu mandato legislativo. Da mesma forma, matérias atinentes aos servidores públicos, pelo fato de eu ser servidor público, eu tenho que votar. Quando eu fui eleito, eu já era servidor público, é de conhecimento da sociedade a minha posição, de forma transparente. Nós, que pagamos IPTU, não vamos deixar de votar o projeto do IPTU – espero que contra. Quanto ao projeto que tem do ISS, também contra. Nós já temos, inclusive, alguns *fakes* – estamos mapeando junto aos órgãos de controle – que nos atacam nas redes sociais dizendo que não temos alternativas para Porto Alegre, mas nós temos alternativas para Porto Alegre, sim.

Acho que a correção da planta do IPTU tem que ser feita, mas não tem que se aumentar o IPTU. As distorções têm que ser corrigidas, mas não é aumentando, taxando o cidadão. Não é, primeiro, dizendo na campanha eleitoral que não vai fazer e, depois, na prática, fazendo que nós vamos resolver o problema. Não é assim que funciona. As pessoas dizem: “Não, mas fala sobre o atendimento em saúde”. Mas quais

são as sugestões para a Cidade? O que pode ser construído, pode ser construído, sim. Pode ser restabelecido o Cdquim no Parque Belém, como eu falei no início da minha manifestação hoje à tarde. Se tem dificuldade, arrenda o Parque Belém. “Ah, mas tem dificuldade de contratualização”. Arrenda o hospital, aluga, mas retoma aquele espaço como espaço público de atendimento à saúde, não deixa as pessoas no chão. Eu já falei aqui inicialmente, o Secretário Gabbardo e o Coordenador-Geral de Saúde Mental do Estado, Dr. Luiz Carlos Lafont Coronel, já deram carta branca para contratualizar os leitos da Beneficência Portuguesa na área de Saúde Mental. Por que o Município não está fazendo?! Por que não está avançando nesse sentido? Precisa avançar nesse sentido! Ainda é tempo, precisa avançar nesse sentido. E nós aqui não temos nenhuma discordância com relação a condição do Prefeito Municipal de pedir regime de urgência. É um equívoco isso! É um equívoco dizer isso, vir a esta tribuna e dizer isso! Não é isso que nós estamos dizendo. Nós só estamos dizendo o seguinte: que esse pedido tem que ser votado, não tem em nenhum momento no Regimento e na Lei Orgânica Municipal situação que coloque que esse regime de urgência não precise ser votado. Ele precisa ser votado. Se o Executivo pedisse, na reunião de líderes, o regime de urgência, para ser votado para depois ser apreciado o projeto, nós não teríamos o que dizer! Porque isso está convalidado no Regimento. Agora a assessora da Bancada ali, que foi muito tempo assessora do Ver. Dib, lembra disso, nunca antes na história do Legislativo Municipal houve uma situação como essa! E se não tem voto para garantir a aprovação do regime de urgência é porque não tem voto para aprovar o projeto e não vai aprovar e vai jogar mais uma vez todo esse problema para cima da Câmara. A Câmara quer construir a Cidade, tem alternativas para construção da Cidade, e ela não pode ser vilipendiada mais uma vez, ser, de certa forma, criminalizada, como estão sendo os servidores públicos pelos problemas da Cidade.

Então, eu quero colocar muito claramente isso, nós não temos discordância da situação do art. 95, o Prefeito poder pedir o regime de urgência. Nós não discordamos disso. Nós discordamos da forma como está sendo feito. E, na nossa ótica, não só da minha, mas de diversos Vereadores, a Câmara, de forma açodada, está sendo levada a situações que não estão previstas no nosso regimento.

Então, eu quero dizer de forma bem clara, nós iremos operacionalizar isso nos próximos dias, conversar com os Vereadores, acertar direitinho quais são os termos que têm que ser empregados, mas nós temos consciência de que, no Estado Democrático de Direito, na democracia que nós vivemos, o regime de urgência... E se é em outras Casas Legislativas diferentes, tem que ser mudado. O regime de urgência deve ser votado pela maioria dos membros deste plenário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Dr. Thiago. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Boa tarde, Presidente Valter, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu não ia nem usar a tribuna nesta tarde, mas, como estava aqui ainda no pronunciamento do Ver. Dr. Thiago e, da mesma forma, como aconteceu na tarde de ontem, com muita serenidade, eu, respeitosamente, venho a esta tribuna divergir do posicionamento do Dr. Thiago - que está se retirando do plenário neste momento -, mas a nossa posição vai ficar gravada. O Vereador tem outro compromisso e se retirou do plenário, como todos nós temos vários compromissos, e não vejo problema nenhum nisso, mas eu o escutei, e fica difícil debater quando a outra parte fala e não espera para ouvir. Mas eu sempre estarei disposto a ouvir, para, depois, poder continuar conversando e debatendo.

O Dr. Thiago tem formação jurídica, já foi presidente desta Casa e é um colega que eu respeito muito. O fato de eu divergir da posição que hoje ele tem não significa que tenha alguma questão relacionada à falta de respeito, muito antes pelo contrário. Só que, para que não fique dito sem que se verifique o que diz o nosso Regimento e o que diz a Lei Orgânica do Município, algumas questões precisam ser novamente pontuadas. Primeiramente, na hierarquia das leis, é lógico que todos nós sabemos que a Lei Orgânica é superior ao Regimento da Casa. Mesmo no Regimento da Casa, quando fala de requerimentos, e o regime de urgência, se assim fosse entendido, no art. 94 do Regimento diz o seguinte (Lê.): “Requerimento é a proposição verbal ou escrita dirigida por Vereador à Mesa”. Portanto, quando fala que tem que ser votado, é nesse art. 94 que trata de requerimento dirigido por Vereador à Mesa, Ver. João Bosco Vaz. Portanto, está correto o Ver. Dr. Thiago quando diz que requerimento precisa ser votado, quando for requerimento de Vereador, como diz lá na alínea *n*, do § 3º - urgência e retirada do regime de urgência. Então, requerimentos de Vereadores que tratem de urgência e retirada do regime de urgência precisam ser votados; não é o caso do que estamos tratando. O caso que estamos tratando – para não ser repetitivo – está previsto na Constituição Federal, está previsto na Constituição do Estado, e está também previsto na nossa Lei Orgânica. E se a Lei Orgânica quisesse determinar, e se as Constituições quisessem determinar - Federal e Estadual -, que regime de urgência, solicitado pelo Prefeito, precisaria de aprovação, diria nas Constituições e diria na Lei Orgânica. Pois não diz! Portanto, no Regimento, mesmo que tivesse ali a previsão de que esse tipo de requerimento precisaria de votação, seria inconstitucional, porque não teria embasamento na lei maior do Município, que é a Lei Orgânica do Município. É justo os Vereadores requererem o recurso para a CCJ; será analisado na CCJ; virá para o plenário – tudo isso dentro do rito normal da Casa. Rogamos para que se tenha bom senso, e que se julgue ou que se vote dentro da legalidade, para que não se tome nenhuma decisão, que depois possa ser ajuizada justamente por não ter o rito legal. Mas apenas para ficar consignado, mais uma vez, o art. 95 da Lei Orgânica, base do pedido de urgência que foi encaminhado, diz literalmente o seguinte (Lê.): “O Prefeito poderá solicitar urgência nos projetos de Lei de sua iniciativa, caso em que deverão ser apreciados em quarenta e cinco dias. § 1º A solicitação de urgência poderá ser feita em qualquer fase de andamento do processo. § 2º Na falta de deliberação sobre o projeto no prazo previsto, será ele incluído na ordem do dia, sobrestada a deliberação de qualquer

outro assunto até que se ultime a votação. § 3º O prazo de que trata este artigo será suspenso durante o recesso parlamentar”. Volto a dizer, Ver. João Bosco Vaz, se tivesse que ter deliberação do plenário, diria na Lei Orgânica: ouvido os Vereadores; não diz, porque não precisa! E não precisa por quê? Porque não precisa aqui, em Porto Alegre, não precisa em nenhum dos 5.500 municípios do País, não precisa em todos os Estados da Federação, e não precisa também no âmbito federal. Por quê? Porque essa é uma medida prevista na Constituição que permite ao chefe do Poder Executivo, mesmo não tendo maioria nos parlamentos – e que é bastante comum –, ter as suas matérias apreciadas, porque, senão, o chefe do Executivo, que não conseguiu construir maioria, nunca teria nenhum projeto de sua autoria que chegasse ao plenário e pudesse ser apreciado, por isso, essa medida que colocaram os constituintes na Constituição de 1988, na Constituição Federal, depois, na Constituição dos Estado em 1989. Agradeço, Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, e eram esses os esclarecimentos que tinha para esta tarde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Ver. Cassio Trogildo, agradeço, V. Exa. teve rigorosamente – e invoco o testemunho aqui da nossa colega, servidora da Câmara – os mesmo seis minutos e seis segundos que o Ver. Dr. Thiago utilizou no seu tempo, que ficou consignado. E tenho certeza que o Ver. Dr. Thiago está no seu gabinete e está ouvindo isso; então, para que não haja uma acusação de discriminação. Dito isso, senhoras e senhores, cumprida a nossa agenda no dia de hoje, eu agradeço muito a presença de todos, desejando um bom final de quinta-feira. Agradeço as nossas taquígrafas, a nossa segurança, a nossa imprensa, comunicação, a nossa Diretoria-Geral, aos nossos garçons aqui da copa, e a todos os que nos acompanharam pela TVCâmara. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão. Muito obrigado.

(Encerra-se a Sessão às 16h41min.)

\* \* \* \* \*